



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

524
SAJ

Referente: PLL nº 134/2025 - Projeto de Lei do Legislativo.

Autoria do projeto: Vereador Valmir do Parque Meia Lua

Assunto do projeto: Autoriza a prescrição da ozonioterapia como tratamento médico na rede pública de saúde do Município de Jacareí

PARECER Nº 419.1/2025/SAJ/WTBM

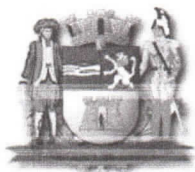
Ementa: Projeto de Lei Municipal.
Ozonioterapia. Art. 30, I, CF. Possibilidade.

I. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Valmir do Parque Meia Lua, pelo qual se busca autorizar o tratamento de ozonioterapia na rede pública de saúde do Município de Jacareí.

2. A intenção é facilitar o acesso ao tratamento em favor dos pacientes de nossa cidade.

3. Foram juntadas aos autos cópia de processo legislativo PLL nº 05/2019, o qual foi arquivado sem deliberação do Plenário, nos termos do Regimento Interno, ao término da 17ª Legislatura.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

V
SAJ

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

4. A Constituição Federal, em seu artigo 30, "caput" e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual, no que couber.

5. No presente caso, temos que a propositura não confronta disposições de outras esferas, e é do interesse dos munícipes de Jacareí.

6. A Lei Federal nº 14.648/2023 autoriza o uso de ozonioterapia em todo o país, como tratamento complementar, e o presente projeto tem como escopo suplementar aquela legislação.

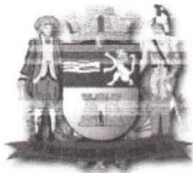
7. Observamos que a matéria não está enquadrada pela Lei Orgânica do Município dentre aquelas de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, pelo que não há óbices à apresentação do projeto feita pelo Vereador.

III. DA CONCLUSÃO

8. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito da proposta, julgamos que ela NÃO apresenta impedimentos para tramitação, motivo pelo qual entendemos que o projeto está apto a ser apreciado pelos Nobres Vereadores.

9. Para aprovação do presente PLL é necessário o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara, em turno único de discussão e votação.

10. A propositura deverá ser submetida às Comissões de a) Constituição e Justiça e b) Saúde e Assistência Social.



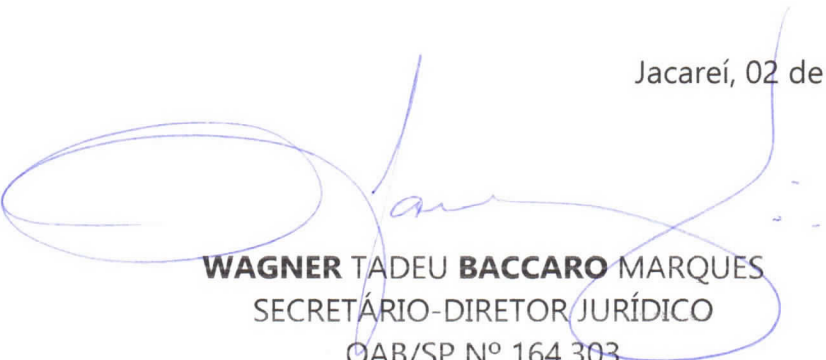
CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

534
SAJ

11. Este é o parecer, opinativo e não vinculante.

Jacareí, 02 de dezembro de 2025


WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO
OAB/SP Nº 164.303